

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

É com grande felicidade que apresentamos o número 13 da Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e *Compliance* – RDAI, dividido em oito seções.

A *primeira seção* destina-se à doutrina brasileira do *Direito Administrativo* e se divide em *três subseções*. A primeira, referente aos *contratos administrativos*, é composta de dois trabalhos: “Contrato administrativo de inovação tecnológica: uma aproximação”, de autoria do Doutor Sergio Ferraz, Professor Titular da UERJ e da PUC-Rio, que examina com proficuidade o relevante tema dos contratos de inovação tecnológica, e “Aditivo de prazo nos contratos continuados da Administração, forma de contagem e o termo inicial”, de autoria do Especialista Artur Leandro Veloso de Souza, Procurador do Estado de Rondônia, o qual trata da contagem do prazo de vigência dos contratos administrativos.

A *segunda subseção*, referente ao *fomento administrativo* e o *Terceiro Setor*, apresenta o trabalho intitulado “Publicidade e transparência nas parcerias voluntárias”, de um dos coordenadores da RDAI, Doutor Ricardo Marcondes Martins, Professor da PUC-SP, que examina a publicidade e a transparência na Lei nº 13.019/14, com as alterações realizadas pela Lei nº 13.204/15.

A *terceira subseção*, referente ao *processo administrativo*, apresenta dois trabalhos: “A amplitude do formalismo moderado na Lei federal de processo administrativo”, de autoria do Mestre Gustavo Ferreira Santos, Procurador Municipal do Procon de Uberlândia, examina o tema do formalismo no processo administrativo à luz da Lei nº 9.784/99; e “A obrigatoriedade de identificação do solicitante da informação como obstáculo para garantia do direito de acesso à informação”, de autoria do Mestre Fábio de Sousa Santos e do Especialista Danilo Cavalcante Sgarini, ambos Procuradores do Estado de Rondônia, que examina, criticamente, a obrigatoriedade da identificação do requerente para o exercício do direito de acesso à informação à luz da Lei nº 12.527/11.

A *segunda seção*, destinada à *Infraestrutura*, apresenta o trabalho intitulado “O processo de desestatização do sistema Eletrobras”, de autoria do Doutor Irênio de Jesus Silva Junior, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia da Bahia (IFBA), e do Mestre André Batista Neves, Professor da UFBA, examina, com proficuidade, a privatização do setor elétrico.

A *terceira seção*, destinada à *Regulação*, apresenta o trabalho intitulado “Infraestrutura econômica, estado e mercado: tensões e interseções segundo a teoria econômica da regulação”, de autoria do Doutor Alexandre Coutinho Pagliarini, Professor Titular da UNINTER, e da Mestra Janini de Araújo Lôbo Silvestre, Professora da Faculdade de Olinda (FOCCA) e da UNINABUCO, examina a Teoria Econômica da Regulação e, com base nela, a legitimidade das decisões regulatórias.

A *quarta seção*, destinada ao combate à corrupção e ao *compliance*, apresenta dois trabalhos: “Acordo de leniência e negociação da sanção administrativa: reflexões a partir da indisponibilidade do interesse público”, de autoria do Mestre Luzardo Faria, Professor do Curso de Especialização em Direito Administrativo do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, trata, com proficuidade, das origens, fundamentos, justificativas e pressupostos do acordo de leniência; “No combate à corrupção empresarial, como incentivar normativamente à implementação efetiva do *compliance*?”, do Discente da UnB Matheus Vinícius Aguiar Rodrigues, Pesquisador do Grupo de Estudos Constituição, Empresa e Mercado, examina os incentivos para o *compliance* estabelecidos na Lei nº 12.846/13.

Na *quinta seção*, a RDAI publica a transcrição da conferência proferida pelo Doutor Tercio Sampaio Ferraz Junior, Professor Titular da USP e da PUC-SP, em 06 de maio de 2019 na 1ª. Reunião do Fórum Permanente de Filosofia, Ética e Sistemas Jurídicos, promovida pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Nessa conferência, o jusfilósofo examina a compreensão do Direito público com base nas Deusas Gregas relacionadas à Justiça, Diké e Themis. Publicam-se também as conferências e os debates proferidos no Seminário “Controle judicial da Administração Pública”, em 05 de outubro de 2019, promovido pelo Grupo de Pesquisa “Ponderação de interesses no Direito Administrativo e contrafações administrativas”. A primeira conferência, intitulada “Controle judicial da administração pública: breve resumo de algumas conclusões de tese de doutorado”, proferida pelo Doutor Eduardo Jordão, Professor da FGV Direito Rio, versou sobre a problemática do controle jurisdicional da Administração à luz dos direitos francês, italiano, norte-americano e canadense. A segunda conferência, proferida pelo Doutor Ricardo Marcondes Martins, Professor da PUC-SP, apresentou um contraponto ao exame efetuado pelo Professor Eduardo Jordão. Publica-se, também, a resposta do Professor Eduardo Jordão às considerações efetuadas pelo Professor Ricardo Martins. Com a transcrição dessas palestras, a

RDAI cumpre sua missão institucional de promover o aprofundamento científico do Direito Administrativo.

Na *sexta seção*, seguindo a proposta da linha editorial de apresentar comentários sobre as mais recentes decisões judiciais relacionadas à temática da revista, publicam-se quatro comentários a decisões do STF. O primeiro, intitulado “Juros compensatórios nas ações de desapropriação: comentários ao julgamento proferido na Adin 2332/DF”, de autoria do Doutor Alexandre Levin, examina a decisão proferida na ADI 2332/DF sobre a percentagem dos juros compensatórios na desapropriação. O segundo, denominado “Comentários ao Julgamento da *Ação Direta de Inconstitucionalidade* nº 1.335: Decreto Estadual e Greve”, de autoria do Mestre Felipe Gonçalves Fernandes, examina a decisão proferida na ADI 1335, em que o STF examinou a validade das medidas administrativas fixadas na Lei baiana a serem adotadas no caso de greve de servidores públicos. O terceiro, denominado “Extensão e abrangência do conceito de funcionário público: análise do julgado HC 138.484/DF”, de autoria do Mestre Pedro Flávio Cardoso Lucena, examina o entendimento do STF, fixado no HC 138.484, sobre o conceito penal de “funcionário público”. O quarto, denominado “Cofinanciamento estatal no SUS – RE 855.178 ED/SE”, de autoria do Mestre João Victor Tavares Galil, examina a decisão do STF no RE 855.178 sobre o financiamento simultâneo de um tratamento de saúde por duas entidades federativas.

Na *sétima seção*, publica-se a entrevista inédita, especialmente concedida à RDAI, com o Professor Doutor José Afonso da Silva, Professor Titular aposentado da USP. José Afonso da Silva é reconhecido, de modo praticamente unânime, como um dos juristas mais importantes da história do Direito Constitucional brasileiro. Sua influência na constituinte de 1988 é praticamente indiscutível. Sua produção bibliográfica — ampla e marcante em um grau descomunal — consagraram-no como um dos juristas mais influentes na jurisprudência do STF. Em quase três horas de entrevista, o Professor José Afonso da Silva versou sobre quase toda sua produção bibliográfica, sobre sua rica trajetória profissional e acadêmica, e nos presenteou com um depoimento de inestimável importância. Dá-se, mais uma vez, continuidade ao que foi iniciado no número 1: trazer ao público depoimentos de importância histórica! Não há palavras para registrar o agradecimento da Coordenação ao Professor José Afonso, pela concessão da entrevista. Estamos certos de que o leitor da RDAI concordará: sem exagero, as considerações do aclamado constitucionalista, ora publicadas, são um verdadeiro tesouro.

A *oitava e última seção*, denominada “Memória do Direito Administrativo”, traz ao público estudos que se tornaram referência na doutrina brasileira. Neste número, republicam-se quatro trabalhos. Os dois primeiros, de autoria do

Professor José Afonso da Silva: “Disciplina jurídico-urbanística da propriedade urbana”, publicado originariamente no primeiro semestre de 1980, nos números 53-54 da *Revista de Direito Público* – RDP, publicada pela Revista dos Tribunais; e “Os servidores públicos municipais”, publicado originariamente no segundo trimestre de 1972, no número 20 da RDP. O primeiro examina, com profundidade, as várias propriedades. Percebe-se que quase todo tratamento dado à propriedade nesse trabalho foi incorporado ao texto constitucional vigente, o que é suficiente para destacar a importância histórica do estudo. O segundo apresenta um exame exaustivo dos servidores municipais, com rica análise conceitual de todo o regime jurídico-administrativo; é, ainda hoje, um guia seguro para o Legislador Municipal elaborar o respectivo Estatuto de Servidores. Com a republicação dos trabalhos, a RDAI não apenas contribui para o estudo científico do Direito, mas presta homenagem ao Professor José Afonso da Silva, por toda sua contribuição ao desenvolvimento científico do Direito brasileiro.

Ademais, publicam-se dois trabalhos de autoria do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. O primeiro, denominado “Responsabilidade do funcionário por ação direta do lesado”, publicado originariamente no primeiro trimestre de 1986, no número 77 da RDP, é, ainda hoje, um marco teórico no tema da responsabilização de agentes públicos. O aclamado administrativista defendeu nesse estudo a responsabilidade solidária entre o agente e o Estado em relação aos danos que o agente causar ao administrado por dolo ou culpa. O segundo, denominado “Considerações em torno dos princípios hermenêuticos”, originariamente publicado no terceiro trimestre de 1972, no número 21 da RDP, decorre de notas taquigráficas de aula proferida no II Curso de Especialização em Direito Tributário, promovido pela PUC de São Paulo, no segundo semestre de 1971. A aula é uma indelével contribuição para todo estudante do Direito, absolutamente atual.

A RDAI, acreditam os coordenadores, continua cumprindo plenamente sua *linha editorial*: contribuir para o aprimoramento científico do Direito Administrativo. Registra-se o agradecimento a Tamires Cristina Bonani Conti pelo trabalho empreendido em prol da publicação deste número, bem como à competente equipe editorial da Revista dos Tribunais e da Thomson Reuters.

AUGUSTO NEVES DAL POZZO
RICARDO MARCONDES MARTINS